Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado

Ano V nº 91
17/3/2000 a 30/3/2000
Contribuição R$ 1,50

CNBB PROPÕE MÍNIMO DE 200 DÓLARES

PSTU considera a proposta da CNBB correta porque não dá para viver com menos de 300 reais e muito menos com o mínimo que está sendo negociado com o governo. CUT, sindicatos e PT precisam assumir essa reivindicação e chamar a mobilização para conquistá-la. Se depender de FHC, ACM e do Congresso Nacional, salário de fome e da vergonha vai continuar para 60 milhões de pessoas.

Pág. 3

QUADRILHA MALUFISTA APODRECE EM SÃO PAULO

GILBERTO MIRANDA (EX-SENADOR), ARMANDO MELLÃO (PRESIDENTE DA CÂMARA), JORGE PAGURA (SECRETÁRIO DA SAÚDE), NAJI NAHAS (ESPECULADOR), CARLOS MEINBERG (SECRETÁRIO DE GOVERNO), PAULO MALUF (EX-PREFEITO), CELSO PITTA (PREFEITO), JORGE YUNES (EMPRESÁRIO), JOÃO CARLOS MARTINS (O PC FARIAS DO MALUF E PIANISTA)

Novo escândalo na cúpula do malufismo expõe estágio de corrupção avançado nas instituições burguesas. Sobrou também para ACM. Maluf contra-ataca lembrando que filho de Covas é ladrão. A verdade é uma só: bandidos e máfias dos partidos da classe dominante dominam a política nacional. Págs. 6 e 7

METALÚRGICOS: ESQUERDA DA CUT OBTÉM GRANDE VITÓRIA EM SÃO JOSÉ

Com 66% dos votos, chapa da esquerda cutista derrota Articulação Sindical e mantém sindicato de luta e anti-patronal no Vale do Paraíba Pág. 8

PROFESSORES

GREVE ENFRENTA INTRANSIGÊNCIA DE OLÍVIO DUTRA NO RIO GRANDE DO SUL

Pág. 4

COM FHC NÃO DÁ MAIS: 28 DE MARÇO É DIA NACIONAL DE LUTA

ESPAÇO ABERTO

Polícia despeja sem-terra com violência no Paraná. Em 25 de fevereiro, centenas de policiais militares efetuaram uma operação de despejo em duas fazendas do município de Guairaçá, região noroeste do Estado do Paraná. Na primeira desocupação, na fazenda Figueira, a polícia, sem tentar negociar, iniciou a desocupação com extrema violência. Os sem-terra no local tentaram resistir. Os policiais lançaram bombas e tiros de bala de borracha, prendendo 31 pessoas, ferindo 26 homens, 2 mulheres e 7 crianças (permanecem no hospital um menino de dois anos e uma menina de dois meses, intoxicada com o gás utilizado pela PM). No total foram despejadas cerca de 140 famílias, com 228 crianças, segundo dados da própria PM. Na fazenda Santa Filomena, no mesmo município, foram presos 10 homens, sem registro, até o momento, de feridos. Foram despejadas 80 famílias, mais de 200 crianças. Na fazenda Eloá, município de Terra Rica, foram despejadas cerca de 30 famílias, sem registro de presos ou feridos.

O efetivo utilizado foi de cerca de mil policiais, sob o comando do major Neves, chefe do Grupo Águia, envolvido em operações que produziram terror aos trabalhadores rurais, caracterizado por intervenções violentas, como no caso do assassinato do líder sem-terra Teixeirinha em 1992, na região de Cascavel, Paraná.

Este episódio na região noroeste do Paraná vem acrescentar mais vítimas à política pública do governo Jaime Lerner, marcado pela violação aos direitos humanos e emprego de violência policial no tratamento das questões sociais.

Na apuração dos responsáveis pela morte do lavrador Sebastião Camargo Filho, em fevereiro de 1998, seis homens foram presos na mesma fazenda Figueira, que ontem foi palco de mais um violento despejo conduzido pelo governo do Estado.

Perto da meia-noite de 25 de fevereiro, foi paga a fiança dos 41 presos, assim permitindo que eles retornassem à região onde foram dispersas as demais famílias.

Centro de Justiça Global

Escreva para o Opinião Socialista

Cartas: Rua Loefgreen, 909 - Vila Clementino
CEP 04040-030 São Paulo - SP
Fax: (11) 575-6093 **Email:** opiniao@pstu.org.br

Visite nossa página na internet: www.pstu.org.br

O QUE SE VIU

AP

Manifestante socialista chileno, com réplica do Oscar na mão direita, protesta em Santiago contra a volta do general Augusto Pinochet ao país após 18 meses de detenção em Londres. Retorno do ditador causou protestos de rua. Há 72 acusações contra Pinochet tramitando na justiça chilena

O QUE SE DISSE

"Chico Pinheiro – E os valores?

Nicéia –Nunca soube. Eles começaram a discutir, era muito, nunca cheguei a saber. Pode ter certeza que não era pouco, porque eles são gananciosos. A prefeitura tem dificuldades financeiras, o dinheiro devia sair das empresas que têm obras na prefeitura. Elas deveriam estar colaborando de alguma forma. Meu marido não tem dinheiro, eu menos ainda. Devia ser favorecendo empresas que hoje fornecem trabalhos para a prefeitura. (...) Minha sugestão era que contratássemos câmeras ocultas, que chamássemos a Polícia Federal em casa. Aí, os vereadores seriam pegos. Na hora em que fossem receber o dinheiro, receberiam ordem de prisão. Celso não aceitou."

Trecho da entrevista de Nicéia Pitta no *Globo Repórter* do último dia 10 que detonou as denúncias contra o prefeito de São Paulo, Celso Pitta. O trecho citado refere-se ao pagamento dos vereadores para arquivar a CPI da Máfia dos Fiscais e o pedido de impeachment.

"Não basta só um pedido de impeachment ou qualquer medida judicial. É preciso fazer um movimento como foi feito no caso Collor, em que a grande força do impedimento foi o trabalho da mídia, da indignação popular."

Rubens Approbato Machado, presidente da OAB/SP. Rede Bandeirantes, *Jornal da Noite*, 13/3/2000.

"Gilberto Miranda era intermediário do ACM na cobrança das dívidas. A OAS tinha participação na Vega Sopave e construiu o viaduto Luis Eduardo Magalhães."

Trecho das acusações de Nicéia no *Globo Repórter*, onde ACM entra na dança.

"Essa história contra o senador Antônio Carlos está mal contada. A não ser que tivesse uma prova concreta, tem pouco sentido e pouca sustentação a denúncia contra ACM."

Enquanto isso, o senador do PT, José Eduardo Dutra, sai na defesa de ACM. O que é isso, companheiro? No *Jornal do Brasil*, em 13/3/2000.

"Pinochet ganha o Oscar de melhor ator. O de melhor diretor vai para as Forças Armadas."

Genaro Cuadras, secretário-geral da Juventude Socialista Chilena. Na revista *Época*, 13/3/2000.

Saiu o número 1 da Ruptura

Já está à venda a segunda edição da revista da Juventude do PSTU, *Ruptura Socialista*, que entrevista Lindberg Farias e debate política, cultura e socialismo. Não deixe de adquirir seu exemplar com o companheiro que lhe vende este jornal ou entre contato com as sedes do PSTU (endereços na última página deste jornal).

EXPEDIENTE

Opinião Socialista é uma publicação quinzenal do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado.
CGC 73282.907/000-64
Atividade principal 61.81.
Endereço: Rua Loefgreen, 909 Vila Clementino - São Paulo-SP CEP 04040-030.
Impressão: Artpress

JORNALISTA RESPONSÁVEL
Mariúcha Fontana (MTb14555)

CONSELHO EDITORIAL
Martiniano Cavalcanti, Júnia Gouveia, José Maria de Almeida, Valério Arcary e Carlos Bauer

EDIÇÃO
Fernando Silva

REDAÇÃO
Mariucha Fontana, Celso Lavorato, Marcelo Barba, Wilson H. da Silva, Estela Dominguez

DIAGRAMAÇÃO
Eduardo Lipo, Frederico Rodrigues

EDITORIAL

Pitta, FHC e o salário mínimo

Em São Paulo a lama voltou a ser revolvida em grande estilo. Com direito a Globo Repórter, a lama "paulista" respingou por todo território nacional, como fato político e também porque envolveu políticos e empresas de outros estados, como a empreiteira OAS e ACM. Velhos personagens também reapareceram, como Naji Nahas e o pianista João Carlos Martins, que, aliás, nunca foram presos e continuam ricos...e roubando.

A prefeitura de São Paulo, que detém o 5º maior orçamento do país, exala corrupção por todos os poros, está em decomposição e a céu aberto. O Executivo, a Câmara, as administrações regionais, as Secretarias, tudo abriga uma enorme quadrilha, uma máfia que faz negócios vultuosos e também menores: a coisa toda vai de extorsão de camelôs, passando por favorecimento de empresa de frangos de Maluf e do marido de Hebe Camargo, superfaturamento de remédios, envolvendo grandes multinacionais, superfaturamento de obras envolvendo grandes empreiteiras, como a OAS do genro de ACM e precatórios, envolvendo grandes bancos, como o Bradesco.

Que Maluf e o malufismo são uns picaretas corruptos, ninguém duvida. E bem que seria hora de botar pra Fora Pitta e toda Câmara de Vereadores, como também seu vice e quem mais sobrar. Também seria muito benvinda a prisão e o confisco dos bens de todos os envolvidos, incluindo Maluf e cia. (o que só poderá ocorrer se os trabalhadores forem às ruas às centenas de milhares e tomarem em suas mãos essa tarefa). Esse é o desejo de mais de 80% da população de São Paulo.

Agora, é ingenuidade — no caso da imprensa e outros, má fé — achar que esse grau de corrupção só existe na prefeitura malufista. A prefeitura de São Paulo é só a ponta do iceberg.

Ou FHC pagou menos aos deputados pela reeleição? Ou a maracutaia da privatização da Telebrás — e outras — não reduz o frangogate a uma ladroagem de... frangos? Ou o escândalo do CDHU, do governo Covas, não envolve milhões e milhões a mais do que as propinas dos fiscais da prefeitura de Pitta?

Que uma quadrilha esteja por trás da denúncia da outra – no caso Covas, aliado à Globo (que deve estar levando o seu, para envolver até ACM) – é produto da crise deles, o que só beneficia os trabalhadores, se estes usarem essa briga para entrar em cena com uma ação independente.

Agora, poupar uma das quadrilhas ou ficar a reboque de uma delas não leva a lugar nenhum, nem mesmo ao extermínio do malufismo e da máfia existente na prefeitura de São Paulo, pois mesmo que um setor da burguesia queira tirar Pitta já – o que é muito duvidoso – vão deixar a prefeitura na mão do vice e boa parte da quadrilha vai ficar onde sempre esteve, incluindo os vereadores governistas.

Mínimo de 200 dólares já!

De outra parte, evitar uma CPI sobre o CDHU de Covas, como propôs Lula, desnacionalizar o caso Pitta e deixar sair de foco a questão do mínimo, preservando FHC (objetivo da Globo) ou, mesmo poupar ACM e ficar a reboque deste na questão do salário mínimo, como está fazendo o PT, é um grave erro.

Em primeiro lugar, todas as organizações dos trabalhadores – incluindo o PT – deveriam estar defendendo o mínimo de US$ 200 dólares, que foi proposto pela CNBB; no rumo do mínimo do Dieese. E deveriam também estar convocando a ação direta pra valer em torno do aumento do salário mínimo e do aumento geral dos salários dos trabalhadores, e não privilegiando a ação no parlamento em frente com ACM.

Junto com isso, é preciso privilegiar a ação direta também em São Paulo para botar pra fora todo mundo (Pitta, seu vice, vereadores, etc) e convocar eleições gerais já. E essa luta não se dissocia da luta por botar Fora FHC e o FMI.

A corrupção, a roubalheira, é inerente à essa rapina do país que FHC vem promovendo sob a batuta do FMI.

O caminho dos trabalhadores é a luta direta pelas suas reivindicações e contra esse governo e essas instituições corruptas. É urgente unificar as lutas e é decisivo empenho na convocação do próximo dia 28 de março.

Renato Benvenutti

Manifestação dos funcionários do Banespa, em São Paulo, no último dia 13

RÁPIDAS

◆ Informação importante. O **Plebiscito Nacional da Dívida Externa**, ocorrerá entre os **dias 2 e 7 de setembro** deste ano. No entanto, desde já as entidades do movimento operário, popular e estudantil estão sendo chamadas a participar de uma consulta para definir as perguntas que deverão compor a cédula de votação em torno dos temas **acordo com o FMI, dívida externa e dívida interna**.

A circular 02/00 do Plebiscito Nacional está propondo as seguintes perguntas para a consulta:

1. Sobre o acordo com o FMI:

a) O Brasil deve continuar o acordo com o FMI?

2. Sobre o pagamento da dívida externa:

a) O Brasil deve continuar pagando a dívida externa? ou
b) O Brasil deve continuar pagando a dívida externa mesmo com o sacrifício da vida de seu povo? ou
c) A prioridade do governo brasileiro deve ser o pagamento da dívida externa? ou
d) O Brasil deve continuar pagando 60 bilhões de dólares anuais para os grandes banqueiros internacionais?

3. Sobre a dívida interna:

a) O Brasil deve continuar pagando os juros da dívida interna? ou
b) O governo deve continuar pagando a dívida interna aos grandes especuladores?

As entidades devem discutir essas perguntas e apresentar sua posição sobre as mesmas até 5 de abril para a secretaria executiva do plebiscito.

Não custa lembrar que já definiu-se que as perguntas devem ser elaboradas de tal forma que induza o eleitor consciente a responder em todas as perguntas "NÃO".

As repostas das entidades devem ser enviadas para o seguinte e-mail psocial@cnbb.org.br ou pelos fone/faxes (0xx61) 313-8323/8300 aos cuidados de Alfredo, responsável pela secretaria executiva do plebiscito.

CAMPANHA

Liberdade para os estudantes mexicanos!

No dia 15 de março fez um ano que a Reitoria da Universidade Autônoma do México (UNAM) lançou mão do "Reglamento General de Pagos" que aumentava as taxas de matrícula de de US$ 0,02 para US$ 120,00.

No próximo dia 18, o Conselho Geral de Greve (CGH) realiza uma ocupação simultânea dos prédios das direções de diversas faculdades. Nesse mesmo dia está sendo programada uma passeata até o Zócalo da Cidade do México.

Estão ainda presos pouco mais de 100 estudantes. A política do governo é condenar cerca de 20 que estiveram à cabeça do comando de greve.

É preciso intensificar uma campanha internacional pela libertação dos estudantes. É preciso que todas as entidades dos estudantes, dos trabalhadores e democráticas enviem abaixo-assinados para a Secretaria do Governo Federal do México. Abaixo, reproduzimos modelo de moção que os próprios estudantes mexicanos estão trabalhando em seu país:

Os abaixo-assinados reividicamos a imediata e irrestrita liberdade de todos os estudantes da UNAM que encontram-se presos.

Eles foram presos por lutar consequentemente pela gratuidade do ensino desafiando a aplicação por parte do governo do PRI dos planos "educativos" impostos pelo Banco Mundial e FMI; similares aos que se aplicam em toda América Latina.

Manifestamos nosso apoio e inteira solidariedade com as demandas do movimento estudantil na UNAM e sua organização, o Conselho Geral de Greve (CGH).

Enviar e-mail para
segob@rtn.net.mx
com cópias para
solidaridadunam@yahoo.com

Movimento põe em xeque política da Frente Popular no RS

Greve na Educação enfrenta Olívio Dutra

Júlio Flores,
de Porto Alegre

Deflagrada dia 2 de março em uma assembléia de mais de 15 mil pessoas, a greve dos trabalhadores em Educação é o ápice de um novo capítulo da história do governo da frente popular no Rio Grande do Sul, aberto desde o ano passado. A negativa do governador Olívio Dutra em assumir a luta para derrubar FHC e em enfrentar os privilégios da grande burguesia do Estado, conduziu-o ao enfrentamento com o movimento dos trabalhadores para impor medidas de ajuste e de austeridade.

Há mais de um ano os trabalhadores da educação estadual vinham buscando a negociação. Mas o governo não apresentava proposta alegando que não tinha como bancar a recuperação das enormes perdas acumuladas — expressas na exigência de 190% de aumento de salário, índice estabelecido pela categoria desde que a atual Secretária de Educação, Lúcia Camini, era presidente do Sindicato Estadual dos Professores (CPERS), ainda sob o governo de Antônio Britto.

As reivindicações centrais dos trabalhadores da Educação são: vencimento básico inicial de 377 reais para professores (com jornada de 20 horas) e de 355 reais para funcionários, fim da sobreposição dos níveis e a incorporação de abono, política salarial com reajuste trimestral, restabelecimento do plano de carreira do magistério, além da implantação imediata do plano de carreira para os funcionários das escolas estaduais.

No dia 21 de fevereiro, o governo da frente popular apresentou proposta de míseros 10% e ainda assim parcelados. Depois de intensa atividade, nos dias 28 e 29 de fevereiro multiplicaram-se as reuniões nas escolas. As aulas não começaram. No dia 1º de março, foram realizadas assembléias nos 42 núcleos do CPERS em todas as regiões do Estado e em 38 destes foi rejeitada a proposta do governo e aprovada a greve. A grande assembléia do dia 2 rejeitou a proposta e, por quase unanimidade, deflagrou uma poderosa greve que saiu, de arrancada, com 80% de adesão e com uma dinâmica de crescimento. A caminhada desta multidão que se reuniu diante do palácio Piratini (sede do governo do Estado) mostrou a força e a disposição de luta dos trabalhadores para arrancar as suas reivindicações.

Arquivo

Eleito com apoio dos trabalhadores e da esquerda, Olívio agora bate de frente com as reivindcações

Apoio à greve cresce

No dia 10 de março, além de uma vigília de dois mil trabalhadores em frente ao palácio do governo, foram realizadas duas plenárias com a presença de várias entidades que lá estiveram para apoiar a greve dos trabalhadores da Educação. Uma reunião foi a das entidades sindicais, a outra das entidades do movimento estudantil.

Estas reuniões foram a expressão do apoio que esta greve vem recebendo da maioria da população. Elas contaram com a presença de várias categorias e entidades dos trabalhadores — a CUT estadual e a CUT nacional, com a presença do companheiro Zé Maria, que é, também, da direção nacional do PSTU — e dos estudantes — a UNE, a UBES, o DCE da Universidade Federal, vários grêmios e centros acadêmicos.

Da participação dos outros partidos de esquerda vale ressaltar que o PCdoB, com uma posição dúbia no início, acabou não assinando o manifesto de apoio à greve aprovado nesta reunião. (J.F.)

PSTU quer moratória

O PSTU está presente desde o primeiro momento apoiando a luta dos trabalhadores, em todas suas atividades. Participou ativamente das ações do dia 10 e está ajudando a impulsionar a assinatura do manifesto de apoio à greve por parte das entidades sindicais e estudantis. Desde a deflagração da paralisação, o PSTU vem distribuindo panfleto de apoio ao movimento onde também exige uma mudança nos rumos políticos do governo Olívio Dutra. Veja aqui os seus principais trechos:

"Quando os trabalhadores conduziram o governo Olívio ao palácio Piratini, o fizeram com o objetivo de que enfrentasse o projeto neoliberal e se constituísse em um poderoso instrumento na luta contra FHC e o FMI (...) Por isso, é inaceitável que Olívio diga que não pode "gastar" mais de R$ 210 milhões com o funcionalismo ao mesmo tempo que paga R$ 800 milhões por ano da dívida com FHC, mantém isenções fiscais de R$ 5 bilhões para os grandes grupos econômicos e deixa impune os poderosos que sonegam mais de R$ 3 bilhões. Um absurdo que totaliza R$ 8,8 bilhões, o equivalente ao orçamento anual do Estado. (...) Apenas uma virada radical no rumo do governo pode tirar o Estado da crise financeira em que se encontra. Por isso propomos que o governo assuma categoricamente: a luta para derrubar FHC, impulsionando junto com o movimento a campanha pelo Fora FHC e o FMI; suspenda o pagamento da dívida do Estado com FHC, os banqueiros e o FMI; acabe com as isenções e os incentivos fiscais as grandes empresas, fim do Fundopen; enfrente a sonegação fiscal, divulgando o nome dos grandes sonegadores, colocando o controle da contabilidade das empresas na mão dos trabalhadores."

Esquerda se divide no estado

Dias antes do início da greve o governo Olívio Dutra convocou uma reunião com o movimento. Chamou o MST, a CUT, o MPA (movimento dos pequenos agricultores) e a Federação dos Metalúrgicos.

Exceção feita à CUT, que manifestou apoio categórico à luta, o MST e o MPA junto com parte da Federação dos Metalúrgicos, lançaram um documento lamentável condenando a greve dos trabalhadores da Educação.

No PT, as tendências Democracia Socialista e Força Socialista bateram de frente contra a greve; especialmente a DS, que é a corrente do vice-governador do Estado, Miguel Rossetto. Na assembléia do dia 2, ficaram isolados e apenas os quadros destas tendências votaram contra a paralisação. A Articulação de Esquerda, tem se posicionado na direção da sustentação do governo. A atual secretária de Educação é ligada a esta corrente e o presidente do PT estadual, Júlio Quadros (membro da AE) encabeçou o processo sumário de punição à deputada petista Luciana Genro.

De outro lado, o Movimento de Esquerda Socialista (tendência petista aonde atua a Corrente Socialista dos Trabalhadores) e a Articulação Sindical (AS) apóiam categoricamente a greve e estão a frente da direção central do CPERS. As principais dirigentes do movimento são Jussara Vieira, presidente do CPERS e membro da AS e Neiva Lazzarotto, vice-presidente do CPERS e membro da tendência MES. Outros setores fazem parte do comando de greve, como o Movimento por uma Tendência Socialista na CUT, do qual o PSTU faz parte.

Executiva do PT pune deputada

O correto posicionamento da deputada estadual do PT Luciana Genro, da CST e do MES, favoravelmente a greve e o seu voto na Assembléia Legislativa contra o veto do governo ao quadro de carreira do magistério, rendeu-lhe a punição da Executiva do PT, que desautorizou-a a falar em nome do partido e exigiu sua renúncia da vice-presidência da comissão de Educação da Assembléia Legislativa. Solidários com a companheira, lamentamos o posicionamento do conjunto da bancada do PT que votou contra os trabalhadores. (J.F.)

RIO DE JANEIRO *Educação, Cedae e servidores da saúde estão mobilizados*

Lutas tentam barrar ataques de Garotinho

Luciana Araújo,
do Rio de Janeiro

Na última semana de fevereiro, trabalhadores da Companhia Estadual de Água e Esgoto do Rio (Cedae) ocuparam a maior estação de tratamento de águas da América Latina, profissionais da Educação estadual realizaram uma paralisação de 72 horas e demitidos da Fundação Nacional da Saúde (FNS) ocuparam e fecharam por 15 minutos a Ponte Rio-Niterói.

Estas mobilizações são uma resposta aos ataques do governador do estado Anthony Garotinho (PDT), que se elegeu prometendo não privatizar a Cedae, valorizar os servidores públicos e investir na Educação, mas que na prática está dando continuidade à política do ex-governador Marcello Alencar (PSDB).

Depois de um ano tentando negociar a contratação dos 6 mil concursados que até hoje não foram chamados, e o reajuste salarial prometido por Garotinho durante a campanha eleitoral, os profissionais da Educação estão às voltas com a falta de vagas nas escolas e cortes nas horas-extras e gratificações por produtividade.

Por estas razões, professores e servidores técnico-administrativos realizaram paralisação de 72 horas, entre os dias 22 e 24 de fevereiro. No dia 22, eles realizaram um ato com cerca de 500 trabalhadores na Assembléia Legislativa, onde estava marcada audiência pública com a secretária da Educação, Lia Faria (PDT), que não apareceu. Os trabalhadores seguiram, então, para a Secretaria da Educação, mas a Secretária manteve a sua posição de não recebe-los.

No dia 24, foi realizada uma passeata unificada de trabalhadores da educação, da FNS e da Cedae. A manifestação foi encerrada com um ato na frente do Palácio da Guanabara (sede do governo estadual). Os profissionais da Educação realizaram nova paralisação, de 24 horas, no dia 15 de março e uma assembléia no final da tarde. Até o fechamento desta edição ainda não estavam definidos os resultados da assembléia.

João Cerqueira

Professores estaduais protestam durante greve de 72 horas

Garotinho dá cabeçada na Educação

Além de atacar os profissionais da Educação, Garotinho vem desmontando todo o sistema educacional do Estado do Rio. Cerca de 800 mil alunos ficaram sem vagas para estudar este ano por falta de investimentos, de professores e pela desorganização da Secretaria. Para atender esta situação, seria necessário dobrar a rede estadual de ensino.

Ao invés disso, Garotinho e a secretária Lia Faria recusam-se a discutir a situação com trabalhadores, pais e alunos. E pior, em um ato realizado por alunos de uma escola da zona sul da cidade, um assessor de Garotinho, Rogério Viana, deu uma cabeçada no diretor da Associação Municipal dos Estudantes Secundaristas, Pablo Henrique de Azevedo, para tentar impedi-lo de entrar na escola e mostrar à imprensa a situação da educação pública.

Tal como Marcello Alencar e FHC, o governo de Anthony Garotinho vem tratando reivindicação de estudantes e professores com truculência, como caso de polícia. (L.A.)

Cresce resistência à privatização da Cedae

A ocupação da Estação de Tratamento de Águas do Guandu, na zona oeste do Rio, foi realizada por 800 funcionários da Cedae no dia 21 de fevereiro. A estação abastece 8,5 milhões de residências no Grande Rio. A ocupação teve início no mesmo dia em que o governador Garotinho e o prefeito Luis Paulo Conde (PFL) assinavam um convênio que entregará à iniciativa privada os serviços de água e esgoto da Barra da Tijuca, Jacarepaguá e Recreio dos Bandeirantes – uma área que arrecada mensalmente R$ 6,8 milhões aos cofres públicos e é responsável pelos serviços de saneamento em 650 mil casas do município.

A ocupação foi encerrada por volta das 16 horas quando cerca de 100 policiais do batalhão de choque da Polícia Militar ameaçaram invadir o local. Os trabalhadores decidiram evitar maiores confrontos e deixaram o comando da estação sob a responsabilidade da PM. Depois disso, a PM chegou a acusar os funcionários de terem cortado o abastecimento de água durante a ocupação. Mas a acusação não se sustentou.

O diretor do Sindicato dos Urbanitários, Ronaldo Moreno, afirmou que "*os trabalhadores em nenhum momento interromperam o fornecimento de água. A ocupação durou todo o dia e só depois que a empresa foi esvaziada houve o corte no abastecimento. Qualquer coisa que tenha acontecido a partir de então é de responsabilidade da PM e da direção da empresa. Aos trabalhadores interessa a defesa da Cedae e não a depredação do patrimônio*".

Os trabalhadores da Cedae continuam mobilizados para barrar a privatização da empresa. No município de Nova Iguaçu a mobilização impôs ao prefeito Nelson Bornier (PSDB) o adiamento do leilão das unidades da Baixada Fluminense. (**L.A.**)

Demitidos da FNS não abaixam a cabeça

Os 6 mil agentes de endemias (conhecidos no Rio como "mata-mosquitos") demitidos pelo ministro da Saúde, José Serra, em junho de 1999, continuam lutando pela sua reincorporação. Depois de vários atos, acampamentos e enfrentamentos diretos com o ministério — como a ocupação do gabinete de José Serra em novembro passado — cerca de 700 trabalhadores fecharam por 15 minutos no dia 22 de fevereiro as duas pistas da ponte Rio-Niterói. Após enfrentamento com a PM que deixou um trabalhador com o braço quebrado e vários feridos, os "mata-mosquitos" seguiram em passeata para o Rio, ocupando meia pista da Ponte.

A reivindicação dos ex-funcionários da FNS é que o estado do Rio de Janeiro incorpore os demitidos pelo governo federal, mas o governador Garotinho recusa-se a recebe-los e não quer nem ouvir falar do assunto. (**L.A.**)

A máfia malufista apodrece em São Paulo

Wiliam Felipe,
de São Paulo

Em mais um capítulo da crise do malufismo na capital de São Paulo, a primeira-dama Nicéa Pitta, ex-esposa do prefeito Celso Pitta, em entrevista bombástica à Rede Globo, jogou lama no ventilador acusando de corrupção seu ex-marido e também o "poderoso chefão" Paulo Maluf, secretários do governo, vereadores governistas da Câmara Municipal e até ACM.

Os 23 vereadores do PT, PSDB, PSB, PPS, PCdoB, PL (e um dissidente do PPB malufista), encaminharam requerimento pela abertura de uma nova CPI para investigação das denúncias de Nicéa. São necessários 28 votos para se conseguir a instalação da CPI. E a cada dia, aumenta a divisão na bancada governista, formada por 28 vereadores. Paralelamente, a OAB — Ordem dos Advogados do Brasil — prepara um relatório para exigir a abertura do processo de impeachment do prefeito. Manifestações pelo Fora Pitta começam a ser organizadas, a maior delas até o momento reuniu cerca de 500 estudantes, no último dia 15, em frente à Câmara e a Prefeitura, convocados pela UNE e UBES.

Controladas por vereadores e políticos da quadrilha de Maluf, as secretarias e as 27 regionais da prefeitura funcionam na base da propina. Os esquemas vão desde os pequenos pagamentos impostos pelos fiscais aos camelôs e demais trabalhadores "informais" até grandes falcatruas com as empresas prestadoras de serviços à prefeitura. Ricaços envolvidos em esquemas de corrupção no passado e até hoje impunes, como o especulador Naji Nahas, voltam novamente à cena através das denúncias da ex-mulher do prefeito.

As denúncias mais recentes são de que o Secretário de Saúde e funcionários desta Secretaria embolsam 25 % das verbas destinadas à compra de medicamentos e de que a Secretaria de Educação gastou R$ 5 milhões na compra de material escolar que nunca chegou às escolas.

A crise ameaça se expandir para além das fronteiras da cidade de São Paulo. Os deputados estaduais do PT, apesar da orientação contrária de Lula, querem abrir uma CPI para investigar a corrupção do governo Covas em episódio que envolve o ex-secretário e atual assessor especial do governador, Goro Hama, com o superfaturamento e contratos irregulares para a construção de casas populares.

E também os parlamentares federais do PT e do PDT querem reabrir a CPI dos Precatórios que investigou a emissão de títulos públicos por estados e municípios em todo o país. Mas, PSDB, PFL e PMDB não querem aceitar esta nova CPI: sua estratégia é manter a crise localizada em São Paulo para fortalecer aí seus candidatos a prefeito e vereadores.

Fotos: Moacyr Lopes Junior

Acima: Celso Pitta. Ao lado, Nicéa, que foi depor com colete à prova de bala

Manobras e tiros pela culatra

Tudo indica que Covas e o PSDB, em conluio com a Globo, é que estão por trás das denúncias de Nicéa Pitta. A manobra político-eleitoral visa neutralizar a candidatura a prefeito de Paulo Maluf e alavancar a raquítica candidatura tucana do vice-governador Geraldo Alckmin. Maluf aparece em 2° lugar nas últimas pesquisas eleitorais, com 20% das intenções de voto contra 3 % do candidato do PSDB e 6 % do "xerife" Romeu Tuma, do PFL.

A jogada destes partidos é disputar o espólio do malufismo em crise e ocupar o espaço de direita nas próximas eleições municipais. Apesar da crise do malufismo e do raquitismo das suas candidaturas, estes partidos se reorganizam para dar combate à candidata do PT, Marta Suplicy, que aparece em 1° lugar com 30% das intenções de voto. A outra opção que vem sendo "costurada" pela burguesia paulistana é a candidatura de Luiza Erundina, do PSB, que aparece em 3° lugar nas pesquisas e busca uma aliança com o PPS.

O fato é que o tiro pode sair pela culatra. Não só por conta de um agravamento da crise que pode desgastar ainda mais as instituições do regime político da burguesia e extrapolar as fronteiras paulistas, como favorecer eleitoralmente ainda mais o PT. Além disso, não há qualquer garantia de que esta manobra vá alavancar a mumificada candidatura do tucano Alckmin. Pelo contrário, pode obrigar até Maluf a sair candidato para defender-se dos ataques, tentar a recomposição da sua base social e a polarização com a candidatura petista. (W.F.)

Os pobres que se explodam

A corrupção da quadrilha malufista que dirige a cidade há oito anos tem graves consequências para a maioria da população. Viver na cidade de São Paulo é um exercício diário de sobrevivência e sofrimento para o povo pobre trabalhador. As chuvas recentes e os deslizamentos de morros mataram 12 pessoas na zona sul da capital.

Os desabrigados da Favela do Morro da Lua, onde ocorreram as mortes, foram abandonados pela prefeitura e estão vivendo em condições sub-humanas: são 37 adultos e 25 crianças morando em barracas de lona armadas em um campo de futebol. Eles perderam tudo do pouco que tinham e agora enfrentam novos alagamentos dentro das barracas, convivem com ratos e não têm banheiros nem eletricidade. E existem 1.273 áreas de risco na cidade de São Paulo.

A guerra contra os perueiros é um sintoma do colapso do sistema de transporte público na capital após a privatização iniciada na gestão de Paulo Maluf. O sucateamento dos postos de saúde e hospitais vem completar o drama dos despossuídos.

A consequência deste caos social é o crescimento do descrédito da população com os "políticos" e as instituições, que são vistos cada vez mais como "todos iguais". Pesquisa feita pelo jornal *O Estado de São Paulo* dá conta de que 54,9% dos entrevistados acham que ninguém será punido. De outro lado, 82,7 % querem o impeachment de Pitta. Uma outra pesquisa realizada pelo jornal *Folha de S. Paulo* mostrou que 95% da população não pretende votar em nenhum vereador que esteja ligado aos escândalos e à corrupção. **(W.F.)**

Fora Pitta! Eleições gerais, já!

Armando Favaro

Manifestação de estudantes pede saída de Pitta

O PT tem grande responsabilidade na atual situação política por ser o maior partido da nossa classe e a principal alternativa de governo para os milhões de trabalhadores paulistanos que se identificam com a candidatura de Marta Suplicy.

Na crise do ano passado causada pela CPI da Máfia dos Fiscais, o malufismo conseguiu se safar principalmente devido à falta de mobilização popular. A política dos vereadores do PT esteve limitada aos trâmites legais e acordos dentro da Câmara de Vereadores. Este erro facilitou as manobras de bastidores do malufismo.

É preciso uma política ofensiva que se proponha a:

1) Impulsionar a mobilização dos trabalhadores e da juventude pelo Fora Pitta e a maioria de vereadores corruptos. A CPI e o impeachment devem estar a serviço deste objetivo.

2) Exigir antecipação das eleições municipais; eleições municipais e gerais, já! Não é só o Pitta que tem que sair, temos que fazer uma limpeza nessa verdadeira casa de mafiosos que virou a Câmara Municipal de São Paulo.

3) Punição, com confisco de bens e cadeia para todos os envolvidos nesta bandalheira: prefeito, vereadores, empresários-especuladores, testas de ferro que sempre aparecem nestas denúncias como o pianista-malufista João Carlos Martins. Não pode ser que, mais uma vez, os Naji Nahas da vida, a cúpula malufista e toda a sua ralé subalterna oriunda do esgoto permaneçam impunes.

4) Articular imediatamente um Fórum de Luta Municipal que reuna o conjunto das entidades sindicais, estudantis, populares e democráticas da cidade para organizar manifestações. É preciso botar o bloco na rua, sem mobilização não vai ter Pitta fora, nem prisão de corrupto.

5) Não limitar as CPIs e investigações no âmbito municipal. Lutar pela abertura de CPI na Assembléia Legislativa para investigar as denúncias que pesam contra o governo de Mario Covas; lutar por uma nova CPI dos Precatórios no Congresso Nacional.

6) Formar uma Frente dos Trabalhadores para disputar as eleições municipais, através de uma aliança do PT, PCdoB, PCB e PSTU sem a participação dos partidos burgueses e com um programa classista de ataque aos privilégios dos ricos para garantir a melhoria das condições de vida do povo pobre e trabalhador.

7) Exigir o não-pagamento da dívida de São Paulo com o governo federal e a utilização destes recursos em investimentos em moradia, saneamento, saúde e educação.

8) Articular a luta municipal com a luta nacional pelo Fora FHC e o FMI.

9) Apresentar uma série de medidas no sentido de controlar a Câmara Municipal, como revogabilidade dos mandatos de vereadores envolvidos em corrupção com imediata eleição popular para seus substitutos; fim da imunidade parlamentar para os crimes comuns; criação de organismos do movimento social e popular que, não só exerçam controle sobre a Câmara, como tenham caráter deliberativo; para decidir, por exemplo, o Orçamento do Município, as prioridades, o que fazer com a dívida, etc.

O Brasil das quadrilhas

Fernando Silva,
da redação

Todo o esforço da mídia, com a Rede Globo a frente, do PSDB de FHC e Covas, e até de setores expressivos do próprio PT é de limitar a crise no âmbito municipal. Aliás, a própria Nicéa Pitta, envolvida em várias denúncias nos anos de 1997 e 1998, está sendo generosamente poupada em nome do bombardeio contra o núcleo malufista.

Mas seria um ledo engano ou muita ingenuidade cair no conto de que os males da corrupção no Brasil residem em máfias e bandos localizados — Collor/PC Farias em 1992, Maluf/Pitta nos dias de hoje — e que as próprias instituições da "democracia" podem punir e acabar com tais quadrilhas. Longe de nós duvidarmos do grau de podridão, já historicamente caracterizado, de camarilhas oriundas dos esgotos da classe dominante e do período de ditadura militar, como são os casos acima citados.

Mas sob a batuta da cartilha neoliberal e do presidente FHC, o Brasil assistiu a uma verdadeira "nacionalização" e banalização da corrupção. A entrega total do estado, os cortes orçamentários, em resumo, a "diminuição" do estado como exige a concepção neoliberal, gera também um grau de disputa selvagem, na base do salve-se quem puder, entre diferentes setores e camarilhas da classe dominante pelo espólio desse estado.

Exemplos não faltam. É a partir do Congresso Nacional que estamos conhecendo a extensão da bancada do narcotráfico, seus negócios e relações com outras instituições, empresários e bancos.

Os escândalos envolvendo bancos e o mercado financeiro, de maneira geral, são de perder a conta desde a posse de FHC no primeiro mandato. Por exemplo, o atual presidente do BNDES, Francisco Gros, homem de extrema confiança da equipe econômica, era sócio do banco BFC quando este foi liquidado em 1995 e ficou com uma dívida de R$ 32 milhões para com o próprio BNDES. Quer dizer, o devedor virou presidente da instituição credora.

Sempre é bom lembrar que os escândalos ligados ao mercado financeiro nunca deixaram de envolver altos parlamentares e instituições: ACM no episódio do banco Econômico, a base governista no esvaziamento da CPI dos bancos e por aí vai. O mesmo com as privatizações, que no caso da Telebrás revelou maracutaias e manobras que envolveram também o presidente da República.

Na verdade, as denúncias de que Pitta teria pago os vereadores não são mais do que uma reprodução, na escala municipal, do mecanismo utilizado por FHC para aprovar a emenda da reeleição, denunciado na época por parlamentares dissidentes da base governista.

A corrupção é generalizada nas instituições da República e dela não escapam nenhum dos poderes em nenhum dos níveis — federal, estadual e municipal. E assim continuará enquanto uma mobilização popular não chacoalhar o Brasil dos poderosos e corruptos promovendo o que os estudantes simbolizaram nas escadarias da prefeitura de São Paulo em recente manifestação: uma grande limpeza. E para isso, não basta apenas o Fora Pitta. O Fora FHC e o FMI e a exigência de eleições gerais em todos os níveis são reivindicações que têm sua atualidade confirmada a cada novo episódio do Brasil das quadrilhas.

AE

Vereadores da quadrilha malufista tentam bloquear CPI na Câmara de São Paulo

Esquerda da CUT vence eleições em São José

Cláudia Costa,
de São José

Defender todos os direitos dos trabalhadores, que estão ameaçados pelo governo e patrões; mobilizar por aumento de salários e por emprego; continuar a luta contra o banco de horas e para pôr pra fora FHC e o FMI.

Com essas bandeiras e a defesa do sindicato democrático com organização e soberania dos trabalhadores, a **Chapa 1 — Chapa do Sindicato** venceu a eleição dos metalúrgicos de São José dos Campos e região. Na votação, realizada no final de fevereiro, a **Chapa 1** obteve 6.773 dos 10.659 votos apurados. Ou seja, 66,32%.

Dois terços dos metalúrgicos sindicalizados mostraram que aprovam a política encaminhada pela atual diretoria e querem a sua continuidade pela nova direção da entidade. A **Chapa 1** é composta pelo **Movimento por uma Tendência Socialista (MTS)**, *Alternativa Sindical Socialista (ASS)* e *Corrente Sindical Classista (CSC)*.

Dois projetos políticos estiveram em jogo nesta eleição. Se de um lado havia setores combativos e de esquerda do movimento, não foi o mesmo o que aconteceu com a outra chapa. Composta pela *Articulação Sindical*, a *chapa 2* viveu momentos delicados na eleição. Não conseguiu defender o banco de horas, que já aceitou em tantos lugares, inclusive no ABC e Taubaté. "*Isto porque a ampla maioria da categoria já havia votado contra a sua implantação. Os metalúrgicos têm clareza que o banco de horas, ou seja, a flexibilização da jornada só beneficia os patrões*", comenta Luiz Carlos Prates, o Mancha, da GM, eleito presidente do Sindicato. "*A Articulação também se viu em maus lençóis para defender os salários, porque em 1996, quando estava no Sindicato, aceitou, na Embraer, a redução salarial de 10% para os trabalhadores*", acrescenta Mancha.

A *Chapa 2* defendia também o sindicato nacional, ou orgânico, que acaba com a democracia no movimento metalúrgico, centralizando as decisões pela cúpula. Além disso, propôs a renovação da frota, uma proposta que ajudará as empresas a vender carros, mas não garantirá novos postos de serviços nem impedirá demissões. Sem atacar coerentemente o governo, também não conseguiu fazer uma campanha que defendesse efetivamente os direitos dos trabalhadores. Os metalúrgicos não foram bobos.

Um fato marcante nesta eleição foi a democracia. Tanto em relação à participação dos metalúrgicos, quanto à condução de todo o processo eleitoral. Ambas as chapas tiveram todos os direitos democráticos garantidos. Na eleição, todos os mesários, fiscais e presidentes de mesa foram paritários.

A campanha permitiu que cada chapa mostrasse suas propostas para que os metalúrgicos pudessem escolher a chapa que achassem melhor. Uma agenda permitiu que cada dia uma chapa pudesse usar o caminhão de som nas portas das fábricas.

Os metalúrgicos foram às urnas e votaram. Fortaleceram a democracia e fortaleceram sua entidade representativa: o Sindicato.

Fotos: Manoel Pereira

Acima, comemoração da Chapa 1. Ao lado, metalúrgicos da Philips manifestam seu apoio à Chapa do Sindicato

Atuação do Sindicato garantiu vitória

"A vitória conquistada no Sindicato dos Metalúrgicos não é resultado apenas da campanha; deve-se principalmente à atuação realizada pela atual diretoria e à história de lutas dessa categoria", afirma Antônio Ferreira, o Toninho, atual presidente do Sindicato.

Nestes três anos de gestão, os metalúrgicos de São José dos Campos fortaleceram seu perfil de combatividade. Estiveram nas trincheiras das lutas contra os ataques do governo FHC e pela manutenção dos direitos dos trabalhadores. Na recente campanha salarial, juntamente com os sindicatos de Campinas e Limeira, foram os únicos do Estado de São Paulo a fechar acordos com a Fiesp que garantiram todos os direitos. A Federação Estadual dos Metalúrgicos da CUT (FEM), dirigida pela *Articulação Sindical*, já entrou na campanha com o adicional noturno reduzido e com o banco de horas implantado em suas bases.

Além disso, nesta gestão, a atual diretoria buscou melhorar a organização nos locais de trabalho, fruto de resoluções aprovadas no 5° Congresso da categoria.

"Fortaleceram-se as cipas e comissões de base. Uma prova disso é que, nesta eleição, tivemos candidatos em 19 fábricas da região", diz o diretor do Sindicato, Ivan Trevisan, da Philips, fábrica onde a Chapa 1 obteve 81% dos votos. (C.C.)

◆ Resultado por fábrica

Empresa	Chapa 1	Chapa 2
GM	64%	36%
Embraer	39%	61%
Philips	81%	19%
TI Brasil - Bundy	77%	23%
Volex	95%	5%
Panasonic/Usimon	85%	15%
Eaton/Dresser/Gerdau	81%	19%
EDE/Ferdimat/Kone	85%	15%
Parker/IKK/Toca/Takai	64%	36%
Sade/Schrader	82%	18%
Inbrac/Tonolli	82%	18%
IPÊ/Telepart	70%	30%
Refrex/Trimtec	86%	14%
Hitachi/McQuay	85%	15%
Ericsson/Solectron	75%	25%
Avibras/Aema	80%	20%
Sede São José	75%	25%
Subsede Jacareí	91%	9%
Subsede Zona Sul	76%	24%
Subsede Caçapava	83%	17%

Convite para a festa

Todos os companheiros combativos do movimento estão convidados para a festa de posse da nova diretoria do Sindicato. Será um grande evento.

Agende esta data: 20 de maio.

MOVIMENTO *60 sindicatos não vão participar do Congresso da CNM*

Congresso dos metalúrgicos da CUT é questionado

Cláudia Costa,
de São José

Com o objetivo de preservar os princípios da CUT e defender a unidade dos metalúrgicos, cerca de 60 sindicatos do país filiados à CUT decidiram não participar do Congresso da Confederação Nacional dos Metalúrgicos da CUT (CNM), marcado para o final de março.

O tema principal a ser debatido no congresso será a proposta de sindicato nacional, apresentada pela *Articulação Sindical*, que acaba com a autonomia dos sindicatos e com o poder de decisão das assembléias dos trabalhadores. Ou seja, se implantado, a decisão da cúpula irá se sobrepor a decisão dos metalúrgicos.

"*A Articulação Sindical Metalúrgica defende a flexibilização da jornada e dos direitos*". diz José Maria de Almeida, o Zé Maria, da Executiva da CUT e membro do **Movimento por uma Tendência Socialista (MTS)**. É por isso que seus dirigentes precisam impor sua política de cima para baixo, trazendo essa proposta de centralização do poder pela cúpula no então sindicato nacional. "*Da maneira como está sendo proposto, o sindicato nacional jogará no lixo os princípios e os estatutos da CUT*", afirma Zé Maria.

De acordo com os estatutos da CUT, os sindicatos filiados têm independência política, administrativa e financeira. Os 60 sindicatos contrários a proposta da *Articulação Sindical* representam em torno de dois terços do número de sindicatos que compõem a CNM, e questionam a legitimidade e representatividade do Congresso. É a maioria dos sindicatos de Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco, Ceará e Maranhão.

Em reunião realizada recentemente, os sindicatos contrários a proposta da *Articulação Sindical* decidiram informar a sua posição à direção nacional da CUT e recorrer ao 7º Congresso Nacional da entidade, que será realizado em agosto.

Nesta reunião, os sindicatos também produziram uma manifesto onde defendem um sindicato nacional dentro dos princípios da CUT de democracia e soberania da base, para lutar e defender os direitos dos trabalhadores.

"*Não somos contra um sindicato nacional, somos contra os moldes em que ele está sendo apresentado*", diz Pascoal Carneiro, da Executiva Nacional da CUT e diretor do Sindicato dos Metalúrgicos da Bahia. "*Defendemos que os sindicatos regionais ou estaduais mantenham a relação de filiados à CUT e não de organicidade*", completa Pascoal.

O manifesto defende também mudanças na estrutura atual, mas que sejam para superar as deficiências existentes, através da unificação dos sindicatos por região, democratização das entidades e fortalecimento das organizações dentro dos locais de trabalho.

Os dirigentes metalúrgicos que encabeçam esse movimento afirmam que a autonomia dos sindicatos é fundamental para garantir a democracia no movimento. Um exemplo que diversos dirigentes vêm utilizando é o do banco de horas. Caso seja implantado o sindicato nacional orgânico proposto pela *Articulação Sindical*, os trabalhadores teriam que aceitar o banco de horas em todo o país, porque a direção nacional o aceita.

Januário F. da Silva

Proposta de Articulação tira poder de decisão das assembléias

Sindicatos farão plenária

No próximo dia 29 de março, na sede da CUT, em São Paulo, será realizada uma plenária com a presença de dirigentes dos sindicatos que são contrários à proposta da *Articulação Sindical*. Esta reunião terá como objetivo definir as propostas e políticas que estes sindicatos levarão para a categoria em todo o país.

A N D E S

Congresso rejeita sindicato orgânico

Marina Barbosa Pinto e Marcelo Badaró,
professores da Universidade Federal Fluminense

Entre os dias 21 e 26 de fevereiro de 2000, realizou-se em Juiz de Fora, Minas Gerais, o 20º Congresso do ANDES-SN — o Sindicato Nacional dos Docentes de Instituições de Ensino Superior — com representações dos setores de professores das instituições federais, estaduais e particulares.

Neste último Congresso, o ANDES-SN aprovou um Plano de Lutas, cujos principais eixos são: a luta contra os projetos de autonomia dos governos estaduais e do governo federal; a luta pela carreira única nas Instituições Federais de Ensino Superior; o avanço na luta pela carreira única proposta pelo sindicato, nacional e unificada, para todos os docentes (federais, estaduais e particulares); a luta a favor do Plano Nacional de Educação da sociedade brasileira; a campanha salarial unificada com os servidores públicos; a defesa da seguridade social pública. Foram também reafirmadas as bandeiras do *Fora FHC e o FMI* e *Pelo Não Pagamento da Dívida Externa do Setor Público*.

Vale destacar que mais de 70 delegados presentes ao Congresso assinaram o manifesto *Defender o Brasil, Fora FHC e o FMI* produzido por dirigentes nacionais da CUT ligados às correntes de esquerda da Central.

No debate sindical, mantendo coerência com os posicionamentos que o ANDES-SN vem historicamente defendendo — de um sindicalismo classista, autônomo e combativo — o 20º Congresso reiterou deliberações anteriores de rejeição ao modelo do sindicalismo orgânico/nacional na CUT, pela aliança com o bloco de esquerda da Central no caminho da retomada da CUT combativa.

Estas propostas foram encaminhadas pelo setor de oposição no ANDES-SN, que apresentou-se com ampla maioria dos delegados ao Congresso. Este foi também um congresso eleitoral, no sentido de que ali se inscreveram as chapas que disputarão as eleições do sindicato (diretas) em maio. A chapa da situação, representando as forças que atualmente compõem a diretoria do ANDES-SN (PCdoB, PCB, moderados do PT e setores ligados à institucionalidade das Universidades), será encabeçada pelo professor Milton Muniz, da seção sindical do ANDES-SN na Universidade Federal de Santa Catarina e foi batizada como *ANDES para uma nova Universidade*.

A chapa 2, encabeçada pelo professor Roberto Leher, que ocupava a presidência da Associação dos Docentes da Universidade Federal do Rio de Janeiro durante o ep isódio da resistência à nomeação do interventor da UFRJ, chama-se *Andes Autônoma e Democrática*. Esta chapa reúne os setores identificados com os princípios da democracia interna no sindicato e a combatividade na luta, com uma composição de forças mais concentrada no campo da esquerda da CUT.

EQUADOR FMI quer entrega total do país para liberar empréstimos

Dolarização agrava crise

Ge Souza e Alex Leme,
da redação

Enganam-se aqueles que pensam que a situação no Equador está tranqüila ou voltou à normalidade, a partir da posse do vice-presidente Gustavo Noboa. A crise desencadeada pela dolarização da economia do país ainda terá outros episódios. O novo governo, apesar de ter obtido vitórias importantes, está longe da estabilidade.

O presidente Gustavo Noboa sancionou, no início de março, a chamada Lei Trole, que põe em vigência a dolarização da economia e o plano de privatizações das empresas e dos serviços públicos, entre eles o petróleo e a saúde.

O Equador é o quarto exportador e o sexto maior produtor de petróleo da América Latina. O plano de privatização do setor petrolífero é muito semelhante ao implementado no Brasil, há 25 anos, pelos governos militares. Na época da ditadura, no Brasil, foi feito um acordo com as multinacionais petroleiras, os chamados "contratos de risco", que permitiam a exploração de petróleo por estas empresas, em parceria com a Petrobrás. É exatamente isto o que está fazendo o governo Noboa com o que eles chamam de "reestruturação do setor petrolífero".

Para receber a ajuda do FMI, o governo se comprometeu a fazer uma reforma monetária — saneando o sistema financeiro com a redução do número de bancos de 35 para 15, antes de substituir o sucre pelo dólar -, freiar a inflação anual de 90,7 %, e assim tentar superar o que é considerada a pior crise de toda a história do Equador.

Além disso, o FMI, para concretizar um empréstimo de 900 milhões de dólares, exige a eliminação do subsídio do gás e da luz, a elevação do preço da gasolina e a venda das empresas estatais de petróleo, de energia elétrica e de telecomunicações, bem como a privatização da seguridade social.

Para a Coordenação dos Movimentos Sociais (CMS), aceitar as exigências do FMI significa triplicar o preço da gasolina, elevar o preço do gás em 6 dólares ou 150 mil sucres e aumentar a energia elétrica em quatro vezes. *"Só depois o FMI analisaria o empréstimo de US$ 900 milhões para o Equador e não de US$ 2 bilhões como sustenta o ministro da Economia"*, declarou a Coordenação de Movimentos Sociais.

Para tentar diminuir a insatisfação com as medidas do governo (a dolarização tem a rejeição de 74% da população do país) e o crescente índice de desemprego, Noboa está preparando uma medida de aumento salarial para o setor privado. Os trabalhadores do setor público não teriam nenhum aumento.

Lá, como aqui, as discussões são em torno do salário mínimo. A diferença é que enquanto aqui um setor da burguesia propõe um mínimo de US$ 100, lá o governo está propondo 80 dólares - ou 50 centavos de dólar por hora!

A Lei Trole fixa uma nova estrutura salarial, que inclui a contratação de trabalhadores por hora e a flexibilização da jornada de trabalho e de salários. Estas são as condições para que o governo aumente o atual salário mínimo de 53 para 80 dólares.

História de uma crise crônica

A monumental crise econômica e política do Equador, que teve seu ápice na insurreição popular de 21 de janeiro, foi gestada durante alguns anos. Nos últimos três anos, o Equador teve cinco presidentes e três planos econômicos. Dois presidentes foram depostos por mobilizações populares e um terceiro, pelo Congresso, após ser diagnosticada a sua loucura!

O Equador, país de 12 milhões de habitantes, onde 40% da população é indígena, sofre dos males comuns a todos os países do terceiro mundo, e em particular da América Latina, submetidos aos planos neoliberais do imperialismo na última década.

A economia equatoriana tem, como principais produtos de exportação, o petróleo e a banana. Esta frágil economia vem dando sinais de crise há algum tempo. Sua dívida externa é de 13 bilhões de dólares e seu PIB, de pouco mais de 19 bilhões. Com uma elevação da dívida, em relação ao PIB, de 106% no ano passado, o governo resolveu decretar uma moratória de parte dela, 6 bilhões, em agosto de 1999.

O desemprego atinge 18% da população economicamente ativa. 50% da população sobrevive graças ao mercado informal ou ao subemprego. 63% se encontram abaixo dos níveis de pobreza da ONU. O salário mínimo é de 53 doláres (92 reais), enquanto a cesta básica sai por 310 reais. A tudo isto junta-se uma brutal crise política, em que a corrupção envolve todas as instituições: o governo, a justiça e o Congresso. Este é o caldeirão de grave crise econômica e política que resultou na insurreição de janeiro e que derrubou o antigo presidente, Jamil Mahuad. (G.S. e A.L.)

Equador em números

População	12,4 milhões
Indígenas	40% da população
PIB	US$ 19,8 bilhões (1997)
Dívida externa	US$ 13 bilhões
Desemprego	18% da PEA*
Mercado informal (ou subemprego)	50% da PEA*
Salário mínimo	US$ 53 (ou R$ 92)
Custo da cesta básica	R$ 310

*População economicamente ativa

Jornada de luta é convocada

Com a aprovação do plano de dolarização, a Coordenação dos Movimentos Sociais (CMS), uma das entidades dirigentes do levante de 21 de janeiro, retirou-se das negociações com o governo e está chamando uma marcha sobre Quito, no dia 21 de março, como preparação para uma greve geral em junho.

Paralela a esta manifestação, a Frente Unitária dos Trabalhadores (FUT), que reúne diversos sindicatos e a Frente Popular, estão convocando uma marcha das "panelas vazias", para o dia 15 de março, contra a dolarização da economia. A FUT e a Frente Popular garantem que vão participar da marcha do dia 21, convocada pela Coordenação de Movimentos Sociais e também pela Confederação das Nacionalidades Indígenas do Equador (Conaie).

"A marcha é contra a dolarização e a fome (...) A decisão que tomamos é a de convocar uma greve geral e estamos preparando esta ação, que se inicia com a marcha das panelas vazias, de 15 de março", disse Luis Villacís, presidente da Frente Popular, a jornalistas do Equador.

A marcha do dia 21 de março também tem como objetivo conseguir a anistia geral dos que se encontram presos ou indiciados por terem participado na insurreição de janeiro.

Ao contrário das outras organizações do movimento sindical e popular, entretanto, a Conaie, principal entidade que dirigiu o levante de janeiro que derrubou o ex-presidente Mahuad, decidiu manter as negociações com o governo, apesar da aprovação dos planos de dolarização.

Segundo os dirigentes da Conaie, trata-se de uma última chance para que o presidente Noboa tome uma decisão sobre a libertação dos presos que participaram da insurreição de janeiro e sobre os convênios para projetos de desenvolvimento do setor indígena. O prazo para que o governo tome esta decisão é 3 de abril, quando os dirigentes da Conaie irão avaliar, em uma assembléia, se continuarão ou não as negociações. A entidade também resolveu adiar para agosto a convocação de um plebiscito popular que pediria, entre outras coisas, a renúncia do atual presidente, do Congresso e da Suprema Corte; o fim da dolarização; e a anistia geral aos participantes do movimento de 21 de janeiro.

Anistia para todos!

Após a manobra articulada pela cúpula das Forças Armadas, a burguesia equatoriana e o imperialismo, que conseguiu dar posse ao vice, Gustavo Noboa, 113 militares foram presos e vários dirigentes do movimento de janeiro foram indiciados.

Com uma campanha mundial pela libertação dos presos e pela anistia geral a todos os envolvidos nas ações de janeiro, 96 dos 113 presos foram libertados. Ainda estão detidos, em quartéis militares, 17 oficiais. Os 96 militares soltos irão responder a processo judicial.

O **PSTU** e outras entidades do movimento sindical, popular e da juventude são parte desta campanha pela anistia geral de todos os que participaram da insurreição de janeiro.

Participe você também desta rede de solidariedade. Envie um fax ou telegrama ao governo do Equador, apoiando a luta do povo equatoriano e exigindo a anistia geral.(**G.S.** e **A.L.**)

Enviar mensagens para:

Local Ministério das Relações Exteriores do Equador A/C: Sr. Presidente Gustavo Noboa
Fone (00 xx 5932) 50 7077

ÁFRICA DO SUL *Membros da comissão de fábrica da Volks são destituídos*

Operários fazem greve contra patrões e sindicato

Fábio Bosco,
especial para o Opinião Socialista

Em 20 de janeiro os quatro mil trabalhadores da Volkswagen em Uitenhage, próximo a Port Elizabeth na África do Sul, entraram em greve contra a destituição de 13 membros eleitos da comissão de fábrica.

O Sindicato Nacional dos Metalúrgicos (Numsa) ingressou na justiça trabalhista com pedido de destituição dos 13 eleitos acusando-os de "manchar a imagem do sindicato, desrespeito aos estatutos, e incitar e confundir os trabalhadores".

Na verdade, o Numsa adotou uma parceria estratégica com os patrões da Volks em detrimento dos direitos dos operários. Nos últimos anos houve aumento de contribuição para o fundo de pensão, aumento dos dias de trabalho de 5 para 6 por semana, flexibilização dos feriados nacionais, redução da pausa para café e fim do tempo para chuveiro dentro do horário de trabalho.

Em março de 1999 houve eleições para a comissão de fábrica. Foram eleitos 13 candidatos de oposição à parceria com a Volks e à direção do Numsa, e 18 a favor. De imediato, os 13 defenderam os direitos dos operários junto ao fundo mútuo e denunciaram o uso pessoal dos automóveis da comissão de fábrica.

Em junho de 1999 o sindicato cassou o mandato da comissão. Porém, três dias de greve na fábrica obrigaram a direção do Numsa a recuar. Após a greve, os 18 membros da comissão de fábrica que apóiam a parceria renunciaram. O sindicato não convocou novas eleições como determina seu estatuto e além disso, contratou serviços jurídicos para viabilizar a cassação dos 13 membros da comissão de fábrica.

No dia 17 de janeiro deste ano a direção do sindicato promoveu reunião na fábrica com 50 operários e destituiu a comissão de fábrica eleita sem direito de defesa. No mesmo dia a comissão promoveu assembléia com mais de dois mil operários. No dia seguinte um oficial de justiça e a chefia da Volks comunicaram a suspensão dos 13 membros da comissão.

No dia 20 de janeiro, os operários entraram em greve e a direção do Numsa fez um acordo com a empresa que determinava o retorno ao trabalho no dia 24 de janeiro, a assinatura de termo individual que cada operário se comprometia a acatar quaisquer instruções da chefia, e novas eleições para a comissão de fábrica em duas semanas.

No dia 22 foi fundado o comitê de crise por sindicalistas de várias fábricas da região que exige uma mediação independente pois o sindicato está contra a greve e a favor da destituição da comissão de fábrica.

No dia 26, 350 operários foram suspensos pela Volks. No dia 28, o sindicato fez novo acordo com a empresa que determinava o retorno ao trabalho no dia 31.

No dia 1º de fevereiro, o sindicato emitiu comunicado que caracterizava a greve como ilegal, e convocava os operários a "retornarem ao trabalho e se distanciarem dos agentes provocadores dedicados a atrapalhar a produção na fábrica".

No dia 3 de fevereiro a Volks deu um ultimato aos grevistas, e no dia 4 demitiu 1.300 e suspendeu outros 300.

Agora, a produção está sendo parcialmente retomada em duas das cinco linhas de produção, em dois turnos de 12 horas cada, com terceirização de mão de obra e horas extras. Já as negociações com a empresa estão paralisadas. O Numsa não aceita que nenhum dos 13 membros da comissão de fábrica façam parte da representação dos trabalhadores. A Volks propôs a readmissão de metade dos 1.300 demitidos.

Governo é contra a paralisação

"Nós precisamos alertar duramente que greves ilegais e injustificadas como a que ocorre na Volkswagen em Uitenhage não podem ser toleradas" disse Thabo Mbeki, presidente da África do Sul à sessão conjunta do Parlamento em seu discurso sobre o estado da nação no último dia 4 de fevereiro. *"O governo tem trabalhado com a gerência da Volkswagen, bem como com o Numsa, para assegurar que o problema criado por alguns elementos irresponsáveis seja resolvido"* completou Mbeki.

Em meio a seu discurso contra a pobreza, pela criação de empregos, pelo desenvolvimento econômico, e contra o racismo, Mbeki destacou que o CNA está transformando a África do Sul num país amigável aos investidores: *"os investimentos externos diretos cresceram de 941 milhões de rands em 1993 para 6,5 bilhões em 1998, e os investimentos em ações cresceram de 2,4 bilhões para 20,4 bilhões"*. Além disso, ele informou que o governo vai propor emendas na legislação trabalhista para flexibilizar direitos, como o adicional de horas extras excessivo e normas rígidas de demissões e, assim, incentivar a criação de empregos, bem como iniciar a privatização da Eskom – gigante da energia elétrica — estimada em mais de US$ 18 bilhões.

Solidariedade!

Envie moções de apoio à greve e de protesto contra as perseguições aos 13 membros da comissão de fábrica e contra as demissões para:

Local mukoni@cosatu.org.za ou cosatu@wn.apc.org
Cópia wivl@sn.apc.org

Ministro do apartheid ingressa no CNA

Pik Botha, ministro de relações exteriores do regime racista, que viajou o mundo defendendo o apartheid e a guerra suja contra Angola e Moçambique, ingressou no CNA. *"Penso que posso me associar com os princípios fundamentais do CNA. O Afrikaner* (branco de origem holandesa e base social do apartheid) *pode também se sentir em casa com as políticas do CNA de liberdade de expressão, liberdade religiosa e proteção da propriedade privada"* declarou Pik Botha.

"Nós lhe damos boas vindas" disse o porta-voz do CNA Smuts Ngonyama. *"Aceitar em nossas fileiras alguém que foi parte do sistema que nos oprimia demonstra que as políticas do CNA estão levando esta nação à frente"*.

Outros carnavais, outros 500

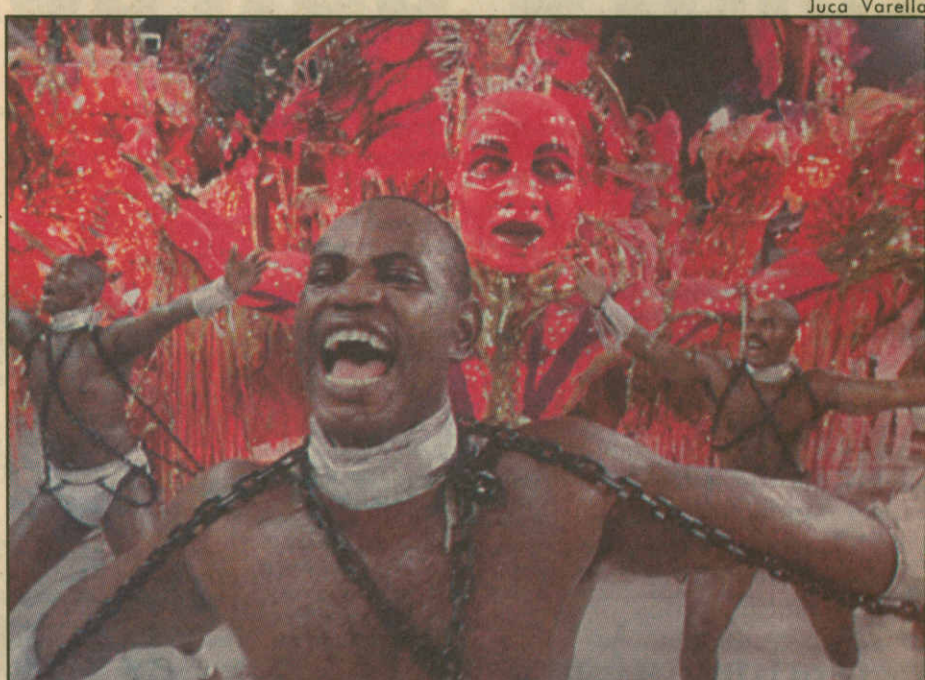
Wilson H. da Silva,
da redação

O carnaval brasileiro é indiscutivelmente uma das maiores e mais empolgantes festas populares de todo o mundo. Extremamente heterogêneo em suas formas — a depender da região do país, da composição étnica de cada local e das múltiplas tradições culturais que se mesclam em nossa sociedade — o carnaval sempre serve como palco para um tipo de explosão de irreverência, escracho e uma certa "inversão de valores" que, muitas vezes, vem carregada de críticas à ideologia e às práticas dominantes.

Se isso é verdade, também é um fato que, no Brasil, ano após ano, os mais diferentes níveis dos chamados poderes institucionais (onde podemos incluir desde o governo federal até a imprensa, passando pelas igrejas e os milicos) tentam moldar o carnaval de acordo com seus interesses.

Por exemplo, nos "anos de chumbo" da ditadura militar, os milicos não só cercaram a festa com a mais a absurda censura, como impuseram os chamados "temas patrióticos", que buscavam transformar o desfile numa espécie de livro didático do Brasil "ame-o ou deixe-o".

Foi algo bem próximo a isto que se tentou fazer com as escolas de samba dos grupos especiais do Rio e São Paulo. Seguindo as orientações da Rede Globo, as ligas das escolas de samba do Rio e de São Paulo reeditaram a prática da ditadura e impuseram os "500 anos" como tema único a ser explorado.

O resultado desta imposição não poderia ser outro. Sobraram patriotadas para todos os lados. Algo particularmente nítido nas letras dos sambas-enredo. A Leandro de Itaquera (SP) exaltou os matadores de índios: *"fui um bravo bandeirante... conquistei/ vindo em busca de riquezas, encontrei..."*. A Morro da Casa Verde (SP) decidiu transformar Dom João em *"progressista incentivador / que a Nação modificou"*, seu filho, D. Pedro I, em um destemido libertador, e seu neto, D. Pedro II, na *"esperança de um povo mais feliz"*. Um delírio também compartilhado pelo Salgueiro (RJ) que "resgatou" D. João através de um inacreditável samba intitulado *"Sou rei, sou salgueiro, meu reinado é brasileiro"*.

Juca Varella

Passistas da Mangueira representam escravos acorrentados

Para além dos exemplos pontuais e das exaltações patrióticas, a imposição do tema, acima de tudo, significou uma irritante sucessão de chavões que tentam vender o país como um paraíso racial, a mescla harmoniosa entre brancos, índios e negros. Algo totalmente sintonizado com o discurso oficial dos 500 anos.

Evidentemente isso tudo não chegou a ser uma novidade já que, há décadas, as escolas cariocas e paulistas têm levado coisas semelhantes para as avenidas. Contudo, inseridas nas comemorações dos 500 anos o fato é que boa parte dos desfiles foi transformado em uma péssima aula de História.

Santa inquisição fracassa

Capítulo à parte no carnaval deste ano, e tão ou mais irritante que a pasmaceira patriótica, foi a postura da Igreja — a Católica, em particular, ao lado da fascistóide organização Tradição, Família e Propriedade (TFP) —, querendo apreender e queimar qualquer imagem ou alegoria que tivesse conotação religiosa.

Mas, da mesma forma em que a nostalgia inquisitorial da Igreja não deu totalmente certo — muitas foram as escolas que fizeram claríssimas referências à Igreja e suas imagens —, também o discurso oficial não passou totalmente ileso pelas avenidas do Rio e de São Paulo. Muitas foram as escolas em cujas alas ou no conjunto de seu enredo viu-se pesadas e até emocionantes críticas aos "500 anos".

Correndo-se o risco de cometer alguma injustiça, deixando alguém de fora, é inevitável lembrar, por exemplo, as referências à censura e à tortura — com direito a um sujeito que atravessou a Sapucaí num pau-de-arara e Roberta Close, transformada em símbolo da liberdade — feitas pela Caprichosos de Pilares (RJ) ou a lembrança da resistência cultural durante a ditadura, apresentada pela União da Ilha (RJ), com o enredo *"Para não dizer que não falei de flores"*.

Como também é possível resgatar as homenagens à negritude em enredos como *"Liberdade! Sou negro, raça e Tradição"* (RJ), ou *"Dom Obá II: rei dos esfarrapados, príncipe do povo"*, da Mangueira; a exaltação das lutas pela (real) independência tematizadas pela Gaviões da Fiel (SP); ou até mesmo a crítica aos próprios "500 anos", como no enredo da Vai-Vai (SP): *"Nessa terra tropical / 500 anos de progresso / sem justiça social"*.

Isso pra não falar, evidentemente, no carnaval Brasil a fora. Do sul ao norte do país, onde não faltou irreverência, sarcasmo e uma escrachada alegria. O que não deixa de ser uma evidência de que, apesar das constantes tentativas de "oficialização" de nossa história, e até mesmo de nossas festas, tem muita gente querendo fazer *outros 500* e outros carnavais. (W.H.S.)